

## Capítulo 13

### ORIGEM DO NOME

**S**OBRE as origens do termo “CACONDE”, aplicado como apelido à Freguezia de N. S. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo desde de 1771, formaram-se duas correntes de opinião. A primeira é esposada pelos tupinólogos, entre os quais Mendes de Almeida e R. Montóia, que filiam o vocábulo à lingüística tupi-guarani.

João Mendes de Almeida, no seu “Dicionário Geográfico da Capitania de São Paulo”, ao anotar a expressão **Caconde**, diz que a mesma é corruptela de **qua-quéo-nd-e; quebrada bem notável por onde passam muitos**. E explica: de qua-quéo – passarem muitos; nd – intercalação para ligar o “o” ao “e” por causa da nasalidade de pronúncia da palavra anterior; “e”, distinto, à parte. Afirma o mesmo autor que segundo o padre A. R. De Montóia, a palavra Caconde é também grafada Caquéo e Ca-qué-nd-e.

“Parece ter razão o dr. Mendes de Almeida – comenta Umbelino – pois referindo-se à vizinha cidade de Guaxupé, diz que este nome vem de Gua-y-xupê, significando passagem particular.

“Com efeito – prossegue o primeiro historiador de Caconde – existia em tempos remotos um travessio secreto, um atalho, que os viandantes que vinham ou demandavam a região de Jacui seguiam furtivamente, contra as ordens e proibições estabelecidas, evitando a grande volta que teriam de dar passando por Cabo Verde e Registro de São Mateus, até ganhar o caminho geral” (Estrada dos Goias).

A verdade é que, primitivamente, não existiam nessa região senão os caminhos reais e o principal deles: São Paulo-Jundiá-Mogim-Mirim-Mogi-Guaçu-Itapeva e daí para o Bom Sucesso, São Mateus e Cabo Verde, além de outro, que ia às proximidades do Desemboque (região do Rio Grande) e para Jacuí. Posteriormente os paulistas abriram um caminho direto Mogi-Guaçu-São Mateus. Não havia caminho por onde passavam muitos nem quebrada notável. Atalhos, picadas e desvios sempre existiram, pelos quais os mineradores procuravam fugir ao pagamento do quinto devido a S. Magestade (Docs. Ints. XI, pág. 292). Guaxupé ainda não existia no tempo referido. Mas na região entre o Rio Sapucaí, o Rio Grande e o caminho dos Goias, há o rio Mozambo, a serra do Dumbá, a localidade denominada Mambuca, termos de origem africana. No município de Divinolândia, que pertenceu a Caconde, há o córrego do Quilombo.

Não sabemos o significado da expressão “Caconde”. O “Dicionário da Língua Conguesa”, de Frei Fernando Maria de Cannecatim, não a registra. Insere “Cacundé”, que designa o lavor com que são guarnecidas as saias e camisas de mulher.

Laudelino Freire, em seu “Dicionário”, registra “Cacundas” – negros provenientes de Angola, muito valentes e bons carregadores”. O termo Cacundé é registrado também pelo mesmo filólogo.

Assevera Umbelino que o primitivo nome de Caconde é alusivo a um presídio existente na África e que constituía verdadeiro espantinho para os paulistas. Cita, para fortalecer a sua opinião, ofício de 25 de junho de 1776, do vice-rei Conde da Cunha a D. Luís Antônio de Souza, Morgado de Mateus, no qual, aliás, são poucos lisongeiros os conceitos emitidos sobre os habitantes de Piratininga:

“Estes são brancos mal procedidos, são negros calhambolas, são bêbados por ofício, perturbadores de sossego público, são os que têm por costume furtar mulheres casadas, sem fazerem caso da justiça nem da lei de Deus, e são outros infinitos desavergonhados que ainda são piores que os acima referidos. De toda esta gente tenho povoado Angola, Benguela e Caconde. Achando-se V.

Exa. em uma Capitania como essa, que está cheia de insolentes malfeitores, se quiser ir prendendo destes a pouco e poucos....”<sup>1</sup>.

Caconde era uma povoação da África Portuguesa Ocidental, presídio e capital do Conselho de Caconda. Foi fundado o presídio em 1682 por João da Silva e Souza, governador de Angola.

Conclui Umbelino que os “aventureiros que de São Paulo, Jundiá, Mogi-Guaçu e outros lugares afluíram ao novo Descoberto do Rio Pardo, atraídos pela fama, aliás ilusória, das minas de ouro, tendo de fazer longa e penosa viagem por caminhos ínvios, ao verem-se, enfim, em uma região remota, empolada de montanhas – vasta região sertaneja e agreste – eles, afoitos mineradores – consideraram a sua situação como exílio, um verdadeiro degredo, e daí a idéia de darem à nascente Freguezia o significativo apelido de Caconda”.

Sem o menor fundamento a conclusão, pois os aventureiros, se é que os poucos mineradores que para lá foram eram aventureiros, não iam arrastados, mas de sua livre vontade, podendo regressar quando lhes aprouvesse.

Ficamos com os que filiam o vocábulo à presença africana. Fugindo ao cativeiro e organizando-se em quilombos, de que era fértil toda a região da Comarca do Rio das Mortes e mesmo nas terras entre o Sapucaí e a estrada de Goiás, ali se localizaram os negros “cacundas”.

Orville Derby, por nós tantas vezes citado, e que se estribava sempre em documentos de autenticidade indiscutível, afirma em uma nota de sua introdução ao Vol. XI dos Documentos Interessantes para a História de São Paulo: “Já em 1775 os paulistas andaram perseguindo os quilombeiros no Distrito do Desemboque que o consideravam como seu”. Por aquelas bandas encontravam-se também o capitão Pedro Franco Quaresma, para poder “desinfestar esta Campanha de negros aquilombados e foragidos”, como se positiva da autuação de vários documentos de posse do Desemboque, em 1762, mencionada à pág. 71 do referido documentário.

Numa carta ao capitão-general de São Paulo, datada de 8 de novembro de 1784, diz Jerônimo Dias Ribeiro, comandante do Registro de São Mateus: “Quanto aos negros de quilombo que dei parte a V. Exa. fiz a diligência pelos mandar prender não consegui até agora por terem os ditos negros quem os avisasse e andam entre esta povoação, e a de Cabo Verde, de onde também se lhe faz a diligência pelos prender”<sup>2</sup>. Em carta de D. Luís Antônio ao Conde de Azambuja, datada de 13 de dezembro de 1767, lemos: “Além disso vive-se naquelas terras sem a devida administração de Justiça, porque longe do Governo das Gerais, e isentos desta jurisdição tem feito um quilombo de criminosos para onde todos se retiram”<sup>3</sup>.

D. Luís Antônio de Souza escreve ao governador das Gerais:

“Tendo o Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Bobadela pelas suas acertadas determinações e expensas dessas quatro comarcas, e riscos dos seus habitantes evacuado dos negros quilombados, que infestavam com avultadas correrias, roubos e mortes e outros insultos toda a extensão do Campo Grande, novos Descobertos de S. Pedro de Jacuí, Desemboque e Ouro Fino...”<sup>4</sup>.

D. Luís Antônio de Souza dirige a D. Luís Diogo, em 15 de novembro de 1765, missiva em que acentua:

“... e aquelas palavras em que diz: “Ou por onde vos parecer, era por ser sabido e notório, que os limites desta Capitania excediam além do dito Rio estendendo-se pelas largas Campanhas do Rio Verde, e Campo Grande, ou pelos confins das sobreditas Campanhas cuja liberdade é de presumir, lhe fosse deixada **em atenção as devastações dos quilombos**, porque de outra forma, não deixaria ao seu arbítrio o poder de tira-las a esta Capitania a quem diretamente pertenciam”<sup>5</sup>.

Mas ainda: no Bando publicado em Jacuí, em 1764, pelo governador de Minas, d. Luís Diogo Lobo da Silva, lemos:

“Deferido o juramento dos Santos Evangelhos sem contradição de pessoa alguma, ficou sempre firme, e valiosa, não se poder alterar antes de nova Ordem de Sua Magestade, praticadas as

---

<sup>1</sup> - Umbelino Fernandes, ob. Citada. Não indica o autor a fonte do documento.

<sup>2</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 359.

<sup>3</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 259.

<sup>4</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 264.

<sup>5</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 269.

sobreditas divisas desde o referido ano, posto que depois se fizessem inabitáveis alguns dos mesmos **sertões por infestados de negros fugidos vulgarmente chamados Calhambolas**, cuja expugnação totalmente se deve à indústria dos Governadores desta Capitania”<sup>6</sup>. E do mesmo governador D. Luís Diogo em 1765:

“Não falo em que os mesmos paulistas sendo convocados para a conquista de dois ou três mil negros que infestavam os sobreditos descobertos que são objetos da presente questão pelas correrias dos quais experimentavam não poucas hostilidades ainda dentro do terreno que se lhe disputa, e que estas Minas sentiam se **não animaram a concorrer para extinguir os referidos Quilombos...**”<sup>7</sup>.

Trecho de uma carta do governador Francisco da Cunha Menezes ao alferes Jerônimo Dias Ribeiro, comandante do Registro de São Mateus, em 1764: “Fará Vm. as possíveis diligências porque **sejam presos os negros do Quilombo**, ou os que puder ser, remetendo-os a esta cidade”<sup>8</sup>.

Só um vez, em toda a documentação oficial, encontramos grafia diferente: **Quaconda**. É numa carta do comandante da guarda de Jacuí, José Antônio Guimarães, ao governador de Minas, em 11 de dezembro de 1777: “O mesmo senhor mal informado mandou tapar a referida estrada, ordenando se siga por outro caminho que vai sair na paragem chamada Quaconda, perto do Arraial de Cabo Verde”<sup>9</sup>.

A grafia mais comum é **Caconda** e algumas vezes, **Caconde**, até que se fixou nesta última.

A denominação aparece pela primeira vez em 1771: “Termos, em que não só deve V. Exa. mandar fazer repartir os ditos Descobertos, mas também como do Descoberto de Caconda segue uma picada para as Minas Gerais, deve V. Exa. na mesma picada e nos confins desta Capitania mandar por uma guarda e um fiel com direito provincial, aquela para evitar as passagens do Ouro para as ditas Minas, mas sim que o encaminhe para a Fundação desta cidade, onde deve pagar o Real Quinto”<sup>10</sup>. Trata-se de um requerimento do Procurador da Coroa e Fazenda de São Paulo, João de S. Payo Peixoto a D. Luís Antônio de Souza.

O nome de Caconde aparece em documento oficial também em 1775:

“Porquanto me consta, pelos Registros estabelecidos nas paragens que servem de divisões, e saídas desta Capitania para outras suas confinantes, são freqüentes as fugas dos indivíduos dela, por se excusarem ao Real Serviço de Sua Magestade naquelas ocasiões, em que são mais necessários; Ordeno ao Comandante do **Registro de Caconda** não deixe passar pessoa alguma de qualquer qualidade, ou condição que seja, que queira se transportar para fora desta Capitania sem clareza, ou licença legitimada pelo Ouvidor desta Comarca, rubricada por mim, e selada com o selo pequeno de minhas Armas o que inviolavelmente executará o referido comandante, pondo todo o seu cuidado, e vigilância nesta importante diligência, que lhe dei por muito recomendada. São Paulo 6 de julho de 1775. Martim Lopes Lobo de Saldanha”<sup>11</sup>.

São numerosas as referências a quilombolas que em meados do Século XVIII se localizaram nos sertões entre o Rio Grande de Rio das Mortes e que constituíram, como acentua Pedro Taques em suas “Memórias Genealógicas”, “tão grandes quilombos de negros fugidos, que já parecia um reino, praticando insultos, violências, e mortes”.

Investindo contra os negros, Bartolomeu Bueno do Prado teria praticado verdadeiras atrocidades.

Todavia, esse Bartolomeu Bueno do Prado não cortou três mil pares de orelhas, como querem alguns historiadores. O ilustre Carvalho Franco, em “Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil”, pág. 306, informa que ele era filho do capitão-mor Domingos Rodrigues do Prado e de D. Leonor Bueno da Silva. Foi casado com Isabel Bueno da Fonseca, filha de Francisco Bueno Feio. Tendo saído de Catalão, veio para Pitangui, São Paulo, tornando-se bastante rico. Em 1748, em companhia de Agostinho Nunes de Abreu e outros, explorou a região do rio das Abelhas, onde

---

<sup>6</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 73.

<sup>7</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 273.

<sup>8</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 359.

<sup>9</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 319.

<sup>10</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 122.

<sup>11</sup> - Docs. Ints. XI, pág. 315.

descobriu várias faisqueiras. O local era sujeito a ataque de caiapós e negros fugidos. Dirigiu-se, então, para a região do Palmital, no sertão do Rio Grande, onde residia se sogro, Francisco Bueno da Fonseca. O governador de Minas, José Antônio Freire de Andrade, deu-lhe, em 1757, patente de comandante duma expedição para combater os calhambolas. Só em 1758 entrou naquela região de Campo Grande, sendo mantida a sua patente por portaria de 21 de maio desse ano. Comandava uma grande tropa que entrou naquela região e na de Jacuí, destruindo os quilombos de Parnaíba, Bambuí, Indaiá, Serra da Marcela e Canastra, tendo tomado posse de todos esses sertões e distritos para o governo de Minas Gerais. Na região do Sapucaí, em 1759 e 1760, arrasou diversos quilombos, finalizando sua missão com a destruição do grande quilombo de Canalho. Nessa ocasião é que teria feito grande matança de negros, segundo diz Pedro Taques, nesse ponto retificado pelo historiador Carvalho Franco. Em Indaiá matou 25 negros e prendeu 20, e em outro quilombo prendeu 49. Sua tropa era de 400 homens. Fez ao todo sessenta prisioneiros. Bartolomeu Bueno do Pardo faleceu como capitão-mor ajudante das minas de Jacuí, em janeiro de 1768, tendo sido sepultado na Capela do Rosário, da Freguezia de Carrancas, da Comarca de São João d'El Rei.

Segundo documentos registrados em Jundiá, os quilombos da área do Desemboque e Jacuí foram destruídos por Bartolomeu Bueno.

Toda a região estava infestada de negros fugidos. A denominação **Caconde** foi conseqüência da presença, no local, dos quilombolas cacundas. A mesma presença na região teria sugerido o nome de Mocambo a um rio nas proximidades de Muzambinho.

Nos recenseamentos, o vocábulo africano mistura-se sempre com o nome oficial. Na abertura de algumas listas de povo encontramos “Freguezia de N. S. da Conceição das Cabeceiras do Rio Pardo”, para mais adiante verificarmos anotações como esta, no mesmo censo: “Mapa dos preços correntes nas paróquias de Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu e Cacunda”.

A denominação da Freguezia era instável na documentação oficial, enquanto na eclesiástica não variava muito. Vejam-se os recenseamentos de Mogi-Mirim a partir de 1778 e outros documentos do Governo e notar-se-á variação constante da denominação oficial, a par da intercalação da antonomásia: 1765 – Descoberto de N. S. da Conceição; 1775 – Descoberto de N. S. do Bom Sucesso das Cabeceiras do Rio Pardo; 1786 – Cacunda; 1797 – Caconda; 1798 – Arraial de N. S. do Bom Sucesso; 1799 – Paróquia de N. S. do Bom Jesus das Cabeceiras do Rio Pardo; 1786 – Paróquia do Arraial de N. S. do Bom Sucesso das Cabeceiras do Rio Pardo; 1823 – Caconde; 1826 – Freguezia de N. S. da Conceição do Rio Pardo; 1829 – Freguezia de N. S. da Conceição do Rio Pardo de Caconde; 1830 – idem; 1832 – Freguezia de Caconde. De 1835 em diante passa a ser apenas Caconde<sup>12</sup>.

A par da instabilidade da grafia oficial, o nome popular vai ganhando terreno e se mistura, cada vez mais, a ponto de sobrepor-se ao primeiro. A palavra “Caconda”, que deu “Caconde”, não devia ser corrente por ocasião do descobrimento de ouro na região. O nome foi dado pelo branco conquistador ao encontrar ali os negros cacundas.

A padroeira da Freguezia sempre foi N. S. da Conceição. Os recenseadores enganavam-se seguidamente, por existir um núcleo de população no Bom Jesus, em virtude das descobertas de ouro em 1781 e outro em São Mateus, onde estava o registro e que até hoje figura como um dos bairros do município. O registro propriamente dito situava-se na fazenda que é hoje propriedade de Amélio Martins de Oliveira.

Só se pode ser uma a conclusão: o nome é conseqüência da presença de negros Cacundas nesta área.

Waldemar de Almeida Barbosa, que recebeu o prêmio “Cidade de Belo Horizonte”, setor de erudição, em 1970, informa que, segundo Nelson de Sena, o negro Cacunda era também chamado de Caconda. Os negros “cacondas” eram bons carregadores. Por isso a palavra “cacunda” passou a significar “costas”<sup>13</sup>.

Acrescente-se que a referência a negros e a quilombos é considerável nos documentos oficiais, enquanto as menções a índios são escassas. Não deviam ser abundantes na região.

<sup>12</sup> - Arquivo, Recenseamentos, Maços 98 a 105 (inéditos).

<sup>13</sup> - Waldemar de Almeida Barbosa – “Negros e Quilombos em Minas Gerais”, pág. 132.

